

Fronteira e comunicação: as preocupações do Barão de Melgaço em relação a província de Mato Grosso

Border and communication: the concerns of the Barão de Melgaço in relation to the province of Mato Grosso

Luiza Rios Ricci Volpato³¹

Em 1807, Napoleão Bonaparte, visando enfraquecer seu mais poderoso inimigo decretou o Bloqueio Continental, que proibia todos os países do continente europeu de fazer comércio com a Inglaterra, ameaçando de invasão aquele que desobedecesse. Sendo um dos países mais fracos do continente e tendo sua economia dependente dos acordos e tratados com a coroa britânica, Portugal se viu duplamente pressionado. A alternativa encontrada pelo Príncipe Regente Dom João, foi transferir-se com toda sua família, seus apaniguados e sua Corte para o Rio de Janeiro. Fora do continente europeu, a Colônia portuguesa na América não estava submetida às determinações e ameaças do Bloqueio Continental, assim, em 28 de janeiro de 1808, o Príncipe Regente decretou abertos os portos do Brasil a todas as nações amigas de Portugal. Essa medida punha fim ao Pacto Colonial, que garantia a Portugal o exclusivo colonial, ou seja, todo comércio externo do Brasil (importação e exportação) só poderia ser feito por intermédio da Metrópole.

Dava-se início a superação da condição de colônia das terras portuguesas na América, processo que perduraria vários anos.

31 Mestre e Doutora em História (USP) psicóloga (UNIC) professora aposentada do Departamento de História da UFMT, ex-professora da Faculdade de Psicologia UNIC, membro do IHGMT, psicóloga clínica, autora de vários livros e artigos

Visando governar seu vasto império a partir do Rio de Janeiro, o Príncipe Regente trouxe consigo seus conselheiros, burocratas e demais auxiliares. O modelo de mercantilismo adotado por Portugal, durante o período colonial não permitiu que no Brasil fossem criadas escolas de nível superior, de tal forma, que os poucos indivíduos nascidos no Brasil que possuíam títulos acadêmicos os haviam obtido na Europa.

Foram várias as instituições criadas no Rio de Janeiro, no intuito de aparelhar a pequena cidade até então colonial para a sua nova função de sede da monarquia portuguesa. Todas elas demandavam recursos humanos para lhes dar funcionamento e seus cargos foram preenchidos pelos burocratas e assessores que acompanharam o regente.

Enquanto Dom João se esforçava para organizar a nova sede da monarquia e acomodar seus compatriotas doando-lhes terras especialmente no vale do rio Paraíba, os países da Europa buscavam se reorganizar após a derrota de Napoleão em Waterloo em 1815. Em suas campanhas bélicas, Bonaparte havia destronado reis das dinastias tradicionais e colocado em seus lugares seus irmãos ou seus generais. Com isso, havia colocado em xeque um dos princípios básicos da política europeia o Direito Divino dos reis. As ações do Corso reforçavam as ideias liberais que vicejavam tanto na Europa como na América. No Velho mundo colocando-se contra o absolutismo dos reis e no Novo Mundo alimentando os anseios de independência.

No bojo dessas transformações várias revoltas ocorreram no Brasil e em Portugal a Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 exigiu o retorno do monarca a Portugal. Cedendo a essas exigências Dom João VI (rei desde o falecimento de sua mãe em 1816) retornou a Lisboa, em 1821, levando consigo parte de sua família e muitos de seus apauzerados, entre os quais aqueles que exerciam importantes funções na administração régia, deixando importante lacuna em vários setores.

No ano seguinte o príncipe Dom Pedro que havia permanecido no Rio de Janeiro como Regente proclama a Independência do Brasil, cabendo-lhe estruturar a nova administração do País. Uma das questões prementes foi o enfretamento das guerras da Independência, uma vez que o governo de algumas províncias se declarou fiel às Cortes de Lisboa.

Para o preenchimento dos cargos de comando do Exército e de outros setores Dom Pedro optou por contratar militares de outros países. Entre eles, chegou ao Brasil em 1824, o jovem Augusto João Manuel Leverger.

Ao tornar-se nação independente, o Império do Brasil tinha inúmeros problemas a resolver. Entre os mais prementes estavam a consolidação da hegemonia do monarca sediado no Rio de Janeiro sobre toda extensão do Império e a garantia do domínio territorial. Em ambas as situações o Brasil independente se proclamava herdeiro direto da Coroa portuguesa. Mesmo assim, era necessário se firmar nessa posição tanto nas questões internas, submetendo as diversas províncias, como nas questões externas tendo os limites da antiga Colônia sendo reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, cabe ressaltar que o argumento que a Coroa portuguesa se baseou desde o século XVIII para garantir a posse de seu território, especialmente a parte interiorana que excedia o meridiano de Tordesilhas foi o *uti possidetis*. Dessa forma, era fundamental ao Império do Brasil comprovar a ocupação dessas áreas.

Portanto, conhecer o território do País, seus núcleos de povoamento e as formas de garantir sua integração eram questões fundamentais para a administração da jovem nação.

Durante todo o século XIX, a comunicação e o transporte interno se faziam pela navegação ou pelo transporte terrestre, por tração de animal. As províncias litorâneas eram servidas pela navegação de cabotagem, que partindo do Rio Grande do Sul, percorrendo todo o litoral e entrando

pela bacia do Amazonas chegava até a província de mesmo nome. Mais difícil era a comunicação com as províncias interioranas, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde se encontravam as minas de ouro e sendo essa última a detentora da mais longa linha de fronteira do País.

Durante o período colonial, o império português havia estruturado um sólido e eficiente aparato burocrático-fiscal que foi adaptado às necessidades do país independente. As questões de fronteira sempre mereceram especial atenção da Metrópole e não seria diferente no período pós-independência. As nações que se estruturavam na América do Sul não tinham seus limites territoriais definidos e o trânsito tanto legal como ilegal era constante nas áreas de fronteira. Para cada uma das novas nações era crucial a garantia da posse do território que reivindicava como seu. Portanto, conhecer os núcleos de povoamento existentes, as rotas de navegação fluvial e os fortes que defendiam a fronteira eram questões fundamentais na consolidação do Império do Brasil. Tendo por missão pesquisar as características específicas da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger chegou a Cuiabá em 23 de novembro de 1830.

Militar de carreira, segundo-tenente desde 1825, dedicou-se exaustivamente aos trabalhos de pesquisa da história e geografia de Mato Grosso. Teve atuação relevante nas negociações que culminaram com a abertura da navegação da Bacia do Prata em 1856, conquista de fundamental importância para a comunicação da província de Mato Grosso com a Corte sediada no Rio de Janeiro.

Essa rota de navegação tão importante para a integração de áreas distantes entre si do Império, teve que ser amplamente negociada.

Após a independência cada país da América do Sul assumiu um regime de governo e de política externa que mais conviesse à sua elite governante. A República do Paraguai, presidida por José Gaspar Rodrigues de Francia, optou por fechar suas fronteiras e desenvolver um regime voltado para

autossubsistência. Com isso, manteve fechada a navegação da bacia do Prata no trecho que banha o território paraguaio. Essa proibição inviabilizava o acesso à província de Mato Grosso pela navegação dessa artéria fluvial.

Visando conquistar o direito de trânsito pelas águas da bacia do Prata, o Governo Central, em 1839, nomeou Leverger Cônsul-geral do Brasil para estabelecer boas relações com a República do Paraguai, especialmente no tocante às questões relativas à definição da fronteira e à navegação do Prata. No entanto, foi somente após a morte de Rodrigues de Francia e ascensão de Carlos Antônio Lopes à presidência da República do Paraguai, que Leverger aceitou a nomeação de Cônsul-geral e teve atuação relevante na obtenção da autorização para os navios brasileiros navegarem pela bacia Platina.

Além da carreira militar e diplomática e de seu trabalho como pesquisador, Leverger teve também importante atuação na política regional, ocupando interinamente a presidência da província por diversas vezes. Sua atuação militar mais marcante foi a defesa da colina de Melgaço visando conter as tropas paraguaias caso intentassem chegar a Cuiabá, quando invadiram o sul da província em 1864.

As questões relativas à definição de fronteira com a República do Paraguai e à livre navegação da bacia do Prata só foram solucionadas após o término da Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Oriental do Uruguai e República Argentina) com aquela república em 1870. Mesmo após esse desfecho, Leverger continuou desenvolvendo estudos sobre a província de Mato Grosso. São inúmeras as pesquisas por ele realizadas, a maioria delas publicadas na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, principal órgão e divulgação de estudos na área de Ciências Humanas e Sociais no Brasil durante o século XIX.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criando em 1838 com o intuito de promover a coleta de documentos relevantes para o conhecimento da geografia e da história

do Brasil. Foi o principal centro de aglutinação estudos e debates nessas áreas, durante o século XIX. Sua revista recebia produção de todo Brasil e do exterior e suas comissões selecionavam as indicadas para publicação e as que seriam destinadas apenas para o arquivo.

Estruturado a partir do modelo das sociedades científicas europeias o IHGB foi responsável pela elaboração e difusão da matriz hegemônica da história do Brasil. Nesse sentido, se destacam os trabalhos de Carl von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Como se deve escrever a História do Brasil e História Geral do Brasil*, respectivamente. Em seu livro Von Martius apresenta como característica preponderante do Brasil a fusão das três raças, a branca, a negra e a indígena, construção ideológica aceita por muitos até a presente data.

O texto *Apontamentos para o dicionário chorographico da província de Mato-grosso* foi publicado no volume 47 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1884, páginas 307 a 504. Sua redação data, provavelmente de 1873, conforme nota de rodapé da página 368. Por essa época Augusto Leverger já havia recebido do Imperador o título de Barão de Melgaço e é dessa forma que é identificado como autor do trabalho.

O objetivo do referido estudo é identificar e descrever os acidentes geográficos da província de Mato Grosso, bem como suas povoações, núcleos urbanos e pontos de defesa.

Embora um estudo coreográfico inclua aspectos antropológicos, o texto não traz referências aos grupos indígenas existentes na província. Mesmo quando se refere à população de Cuiabá, apenas reproduz os dados do recenseamento mais recente (1872).

Baseando-se em pesquisas de campo realizadas ao longo de mais de quarenta anos e também pesquisa documental, o Barão de Melgaço descreve acidentes geográficos catalogando-os por ordem alfabética estendendo-se mais em uns do que em outros. Apoiar-se em estudos feitos no período

colonial, citando relatórios e correspondências de capitães gerais como Rolim de Moura, Luiz Pinto de Souza Coutinho, Luiz de Albuquerque, Manuel Carlos de Abreu Meneses e João Carlos Oeynhausén.

Faz uso também de pesquisas elaboradas pelos engenheiros demarcadores que estiveram em Cuiabá no final do século XVIII, enviados pela rainha Dona Maria I com o intuito de promover a demarcação da linha de fronteira entre os domínios de Portugal e Espanha, na América do Sul, após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda.

Também são citados estudos do presidente da província Couto Magalhães e de viajantes estrangeiros que estiveram em Mato Grosso, como o Barão de Langsdorff e o Conde Castelnau.

Como já foi dito anteriormente, os *Apontamentos*, embora publicados em 1884, foram escritos em 1873, portanto, logo depois de finda a Guerra do Paraguai e Melgaço sempre que possível faz conexão entre a localidade em análise e um episódio da guerra ocorrido ali ou nas proximidades.

O estudo é composto por 472 verbetes e a seleção e apresentação dos mesmos evidenciam a preocupação central de Melgaço com a defesa do território. Seja por sua formação e prática profissional ou pela proximidade temporal da guerra recém-finda, o texto descreve com mais detalhes os fortes, fortificações e pontos avançados da fronteira do que até mesmo as vilas e núcleos de povoamento. Situadas às margens dos rios usados na construção das linhas de fronteira no período colonial, a análise das fortificações coincide com a avaliação da navegabilidade desses cursos d'água, ambos aspectos fundamentais para a defesa e integração do território.

Logo na abertura da publicação, chama atenção a nota de pé de página colocada pela redação da revista, que esclarece estar publicando o texto recebido em dois livros

encaminhados ao IHGB, ambos iniciando pela letra A. Esclarece, porém, que considerando trabalhos anteriores do mesmo autor publicados em outros volumes da revista acredita que existam ainda outros livros sobre o assunto, que até então não haviam chegado à redação, bem como uma Introdução, à qual uma nota de pé de página (nota 1 p 307) faz menção.

Cabe apontar, porém, que uma nova referência à Introdução aparece em nota à página 323.

A leitura do texto permite notar que o Barão de Melgaço enfatiza os aspectos relativos à navegabilidade dos rios, indicando suas possibilidades e também os prováveis varadouros. Embora elaborado no final do século XIX, aponta aspectos cujas relevâncias se faziam notar desde o início da centúria. A comunicação interna continuava sendo questão preponderante para a gestão do governo, tanto para a defesa externa e interna, como também para os aspectos econômicos da província e do Império. A defesa interna se referia à preocupação sempre presente tanto de rebeliões de alguma facção política como de sublevação de escravos e ataque dos índios.

Embora tenha chegado ao Brasil muito jovem, Augusto Leverger trazia em sua mente as cidades europeias como o ideal de centros urbanos. Tanto assim, que ao se referir à cidade de Cuiabá, destaca o que ela não tem, deixando claro que o seu referencial urbano não era o de um núcleo colonial situado no centro do continente.

Formada sem plano, nem vistas de futuro, no lugar onde se extrahio ouro, a povoação a principio constou de uma aglomeração de casas sem ordem com ruas estreitas e tortuosas. [...] A igreja cathedral, dedicada ao Senhor Bom-Jesus, é pequena para conter os fieis, que vêm assistir aos officios divinos, nos grandes dias festivos. [...]

Os principais edificios públicos são a Santa Casa da Misericordia, o seminário episcopal, o quartel militar, pequeno e irregular, o mercado, os arsenais de guerra e

de marinha e a cadêa. O palácio episcopal e o da presidência, a casa do comando das armas, a da tesouraria provincial, a da câmara municipal, a da assembleia provincial e a do correio não se differença extraordinariamente das casas particulares. (p, 367 e s).

Esse olhar que tem como ideal a civilização ocidental europeia percorre todo o texto, e tem papel preponderante na escolha dos itens selecionados para compor os *Apontamentos*, bem como a análise dos mesmos.

Em sua publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (v. 47, 1884) é levantada a possibilidade de que o texto ora em análise esteja incompleto. Porém, mesmo que o texto esteja carente de partes que provavelmente se perderam, sua leitura é instigante e esclarecedora.

Pesquisador arguto e objetivo, mas também comprometido e apaixonado pelo objeto de análise, Melgaço escreve de forma clara e de agradável leitura e analisa os aspectos por ele vistos como essenciais para se conhecer a geografia e a história da província de Mato Grosso. Muitos e muitos estudos já se nutriram dos dados desses relevantes *Apontamentos para o dicionário chronologico da província de Mato-grosso* e, com certeza, muitos outros surgirão alimentados por essa fonte.